



Autor
Lucas Rocha Furtado

CURSO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Área específica
Direito Administrativo.

O presente Curso de Licitações e Contratos Administrativos, lançado pela Editora Fórum, trata de trabalho distinto e bem mais completo que o Curso de Licitações e Contratos Administrativos: teoria, prática e jurisprudência, publicado em 2001, pela Editora Atlas. Além de terem sido criados novos capítulos para tratar de questões anteriormente não enfrentadas, foi inserida, ao final de cada capítulo, ampla pesquisa de jurisprudência acerca do tema abordado. O resultado foi tão inovador que decidimos lançar este novo trabalho e não a segunda edição da obra publicada em 2001. Alguns aspectos do livro merecem referência especial. O primeiro diz respeito à ampla e inovadora pesquisa de jurisprudência realizada no Tribunal de Contas da União (TCU), Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ). Por meio desta pesquisa, são destacados não apenas os importantes itens constantes dos acórdãos, mas são apresentados trechos dos votos proferidos em que se expõem as razões que levaram mencionados tribunais a adotar aquela decisão e a firmar igualmente enfoque prático dado pelo trabalho às questões relacionadas à aplicação da Lei nº 8.666/93. Por meio de exemplos de casos concretos, o autor aborda diversas questões relativas à condução das licitações e à formalização e execução dos contratos administrativos. Destacam-se, assim, no presente livro, a ampla pesquisa de jurisprudência, o enfoque prático do texto e a linguagem utilizada, de fácil compreensão.

Áreas afins

Licitações e contratos administrativos. Procedimentos e modalidades de licitação. Lei nº 8.666/1993. Empresas estatais e Lei nº 13.303/2016..

Público-alvo/consumidores

--

FORMATO: 17 X 24 cm
CÓDIGO: 10001178

F992c

Furtado, Lucas Rocha

Curso de licitações e contratos administrativos / Lucas Rocha Furtado. 7. ed. rev. atual. e ampl. com comentários sobre a Lei nº 13.303/2016 – Lei das Empresas Estatais – Belo Horizonte : Fórum, 2017.

931p.

ISBN 978-85-450-0271-0

1. Direito administrativo. 2. Licitação – Procedimentos. 3. Licitação – Modalidades. 4. Contrato administrativo. 5. Brasil [Lei de licitação (1993)]. I. Título.

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. 7. ed. rev. atual. e ampl. com comentários sobre a Lei nº 13.303/2016 – Lei das Empresas Estatais Belo Horizonte: Fórum, 2017. 931 p. ISBN 978-85-450-0271-0

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1	
CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	21
1.1 Administração Pública e setor privado.....	21
1.2 Normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.....	22
1.2.1 Administração Pública direta, autarquias, fundações públicas e empresas estatais...	22
1.2.2 Entidades do terceiro setor e dever de licitar.....	23
1.2.3 Microempresas, empresas de pequeno porte e licitação.....	27
1.2.4 Normas gerais sobre licitações.....	28
1.3 Finalidades da licitação.....	29
1.3.1 Garantia da observância do princípio da isonomia e seleção da proposta mais vantajosa	30
1.3.2 Promoção do desenvolvimento nacional sustentável.....	30
1.4 Processo administrativo e formalismo exagerado.....	35
1.5 Princípios da licitação.....	36
1.5.1 Supremacia e indisponibilidade do interesse público.....	36
1.5.2 Legalidade.....	37
1.5.3 Impessoalidade.....	38
1.5.4 Moralidade ou probidade.....	40
1.5.5 Motivação.....	42
1.5.6 Publicidade.....	43
1.5.7 Vinculação ao instrumento convocatório.....	45
1.5.8 Julgamento objetivo.....	47
1.5.9 Adjudicação compulsória.....	49
1.5.10 Segurança Jurídica.....	50
1.5.11 Obtenção de competitividade.....	52
1.6 Jurisprudência.....	53
1.6.1 TCU.....	53
1.6.2 STF.....	128
1.6.3 STJ.....	134
CAPÍTULO 2	
OBRIGATORIEDADE DA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA	143
2.1 Dever constitucional de licitar.....	143

2.2	Distinção conceitual entre dispensa e inexigibilidade de licitação	145
2.3	Licitação dispensada - lista exaustiva.....	147
2.4	Licitação dispensável	149
2.4.1	Licitação dispensável em razão do valor	149
2.4.2	Licitação dispensável em razão de situações excepcionais	152
2.4.2.1	Contrato emergencial.....	152
2.4.2.1.1	Requisitos à contratação emergencial.....	152
2.4.2.1.2	Inércia do administrador causadora da emergência na contratação	154
2.4.2.1.3	Renovação e prorrogação de contratos emergenciais	155
2.4.2.2	Licitação deserta ou frustrada - ausência de interessados	157
2.4.2.2.1	Requisitos à contratação direta.....	157
2.4.2.2.2	Convite e licitação deserta	158
2.4.2.3	Licitação fracassada.....	159
2.4.2.4	Contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento.....	160
2.4.2.5	Outras hipóteses de contratação direta relacionadas a situações excepcionais	161
2.4.3	Dispensa em razão do objeto	162
2.4.4	Dispensa em razão da pessoa	169
2.4.5	Outras hipóteses de dispensa da Lei nº 13.303/2016	178
2.5	Inexigibilidade de licitação	179
2.5.1	Fornecedor exclusivo	179
2.5.1.1	Inviabilidade de competição - comprovação.....	179
2.5.1.2	Âmbito territorial	180
2.5.1.3	Preferência por marca e padronização	181
2.5.2	Serviços técnicos a serem prestados por profissionais de notória especialização	185
2.5.2.1	Serviços técnico-profissionais especializados	186
2.5.2.2	Notória especialização e existência de várias empresas ou profissionais especializados	187
2.5.2.3	Singularidade do objeto.....	188
2.5.3	Contratação de serviços artísticos.....	190
2.5.4	Outras hipóteses de inexigibilidade de licitação	191
2.6	Jurisprudência.....	192
2.6.1	TCU.....	192
2.6.2	STF	248
2.6.3	STJ	250

CAPÍTULO 3

MODALIDADES DE LICITAÇÃO	253	
3.1	Quadro geral das modalidades de licitação	253
3.2	Modalidades comuns e especiais de licitação	254
3.2.1	Critério distintivo básico	254
3.2.2	Critério para a utilização da concorrência, tomada de preços ou convite	254
3.2.3	Utilização do leilão ou da concorrência para a alienação de imóveis.....	256
3.2.4	Licitação internacional e adoção da concorrência.....	257
3.2.5	Adoção da modalidade de licitação mais rigorosa que a definida em lei.....	257
3.2.6	Desmembramento (fracionamento) do objeto do contrato	258
3.2.7	Criação de modalidade de licitação não prevista em lei - impossibilidade.....	260
3.3	Concorrência	261
3.4	Tomada de preços	261
3.5	Convite	262
3.6	Leilão	263
3.7	Concurso	265
3.8	Pregão.....	266
3.9	Procedimento da Lei nº 13.303/2016	266
3.10	Jurisprudência.....	266
3.10.1	TCU.....	266
3.10.2	STF	302
3.10.3	STJ	303

CAPÍTULO 4

PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO	307	
4.1	Procedimento básico – Concorrência	307
4.2	Fase interna e fase externa da licitação.....	308
4.3	Fase interna	308
4.3.1	Providências preliminares.....	308
4.3.2	Processo, procedimento e autos da licitação	310
4.3.3	Objeto da licitação	312
4.3.4	Necessidade da previsão dos recursos a serem gastos	313
4.3.5	Edital - elaboração	314

4.3.6	Parecer jurídico - responsabilidade do parecerista.....	314
4.3.7	Parecer jurídico e minuta padrão.....	317
4.3.8	Lei de Responsabilidade Fiscal e licitações.....	318
4.4	Fases da concorrência.....	320
4.4.1	Edital.....	320
4.4.1.1	Informações obrigatórias.....	320
4.4.1.2	Definição do objeto e especificação de marca.....	321
4.4.1.3	Projeto básico e projeto executivo.....	322
4.4.1.4	Impugnações ao edital.....	325
4.4.1.5	Representações.....	327
4.4.1.6	Divulgação do edital.....	328
4.4.1.7	Prazos para apresentação das propostas.....	329
4.4.2	Habilitação.....	330
4.4.2.1	Objetivo da habilitação.....	330
4.4.2.2	SICAF.....	332
4.4.2.3	Habilitação jurídica.....	333
4.4.2.4	Qualificação técnica.....	333
4.4.2.5	Quantidade mínima de atestados relacionados à qualificação técnica.....	337
4.4.2.6	Qualificação econômico-financeira.....	339
4.4.2.7	Regularidade fiscal e trabalhista.....	341
4.4.2.8	Regularidade fiscal de microempresas e empresas de pequeno porte.....	345
4.4.2.9	Recurso contra habilitação ou inabilitação.....	347
4.4.2.10	Fixação de prazo para a apresentação de nova documentação ou de novas propostas.....	348
4.4.2.11	Consórcio de empresas e qualificação.....	348
4.4.2.12	Pré-qualificação.....	350
4.4.2.13	Cooperativas.....	351
4.4.3	Julgamento (classificação das propostas).....	352
4.4.3.1	Fundamentos para a desclassificação.....	352
4.4.3.2	Ordem de classificação e julgamento.....	357
4.4.3.3	Margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais.....	357
4.4.3.4	Desistência de propostas.....	360
4.4.3.5	Apresentação de amostras e desclassificação.....	361
4.4.3.6	Empate entre propostas - critérios de desempate.....	362
4.4.3.7	Aquisição de bens e serviços de informática.....	365
4.4.3.7.1	O direito de preferência.....	365
4.4.3.7.2	A possibilidade de restrição ao produto estrangeiro.....	368
4.4.3.8	Desclassificação de todas as propostas.....	369
4.4.3.9	Tipos de licitação.....	369
4.4.3.9.1	Noções gerais - distinção entre modalidade e tipo de licitação.....	369
4.4.3.9.2	Impossibilidade de ser criado novo tipo de licitação que não tenha sido indicado pela lei.....	370
4.4.3.9.3	Impossibilidade de serem julgadas as propostas por meio de critérios subjetivos ou não constantes do edital.....	371
4.4.3.9.4	Menor preço - tipo básico de licitação.....	371
4.4.3.9.5	Melhor técnica e técnica e preço.....	373
4.4.3.9.7	Outras hipóteses de utilização do tipo melhor técnica ou técnica e preço.....	374
4.4.3.9.8	Licitação de melhor técnica.....	374
4.4.3.9.9	Maior retorno econômico e melhor destinação de bens alienados.....	375
4.4.4	Homologação do procedimento licitatório – revogação, anulação e contraditório... ..	376
4.4.5	Adjudicação.....	378
4.5	Recursos contra as decisões proferidas no curso da licitação.....	379
4.6	Representação ao Tribunal de Contas.....	380
4.7	Convocação do adjudicatário para assinar o contrato.....	380
4.8	Prazo de validade das propostas.....	381
4.9	Regime Diferenciado de Contratações Públicas.....	382
4.10	Jurisprudência.....	384
4.10.1	TCU.....	384
4.10.2	STF.....	461
4.10.3	STJ.....	464

CAPÍTULO 5

PREGÃO E REGISTRO DE PREÇOS.....	477	
5.1	Aspectos gerais.....	477
5.2	Âmbito de utilização - uso preferencial em relação às modalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 13.303/2016.....	478
5.3	Obrigatoriedade da utilização do pregão na aplicação de recursos federais.....	480
5.4	Bens e serviços comuns.....	481

5.4.1	Valor estimado da contratação	481
5.4.2	Definição dos bens e serviços comuns	482
5.4.3	Bens e serviços de informática e pregão	484
5.4.4	Utilização do pregão para a contratação de bens de informática e direito de preferência	485
5.4.5	Pregão e a margem de preferência prevista na Lei nº 12.349/10	487
5.5	Procedimento do pregão	487
5.5.1	Pregão e concorrência	487
5.5.2	Fase interna do pregão e elaboração de orçamento detalhado	488
5.5.3	Pregoeiro	490
5.5.4	Fase externa do pregão	490
5.6	Contratação decorrente do pregão	496
5.7	Pregão eletrônico	496
5.8	Sistema de registro de preços	499
5.9	Empresas estatais	504
5.10	Jurisprudência	505
5.10.1	TCU	505
5.10.2	STJ	534

CAPÍTULO 6

CONTRATO ADMINISTRATIVO		537
6.1	Contratos celebrados pela Administração Pública – Fundamento constitucional	537
6.2	Normas gerais sobre licitações e contratos administrativos	538
6.3	Terceirização de atividades fins – Impossibilidade	541
6.4	Contrato administrativo e ato administrativo	544
6.5	Conceito de contrato administrativo	545
6.6	Outros acordos de vontade	546
6.6.1	Convênios, termos de colaboração, de fomento e acordos de cooperação celebrados pelo Poder Público	546
6.6.2	Contratos de gestão	552
6.6.2.1	Contratos de gestão e organizações sociais	552
6.6.2.2	Contrato de gestão celebrado entre entidades ou órgãos públicos	554
6.6.3	Termos de parceria e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público	555
6.6.4	Parcerias Público-Privadas, concessões de serviço público, termos de parceria e contratos de gestão: distinções	558
6.7	Distinção entre contratos administrativos e contratos celebrados pelos particulares	561
6.8	Contrato de Direito público e contrato de Direito privado	563
6.9	Contratos administrativos e empresas estatais	566
6.10	Cláusulas exorbitantes	572
6.10.1	Mutabilidade contratual – Modificações unilaterais	573
6.10.2	Rescisão unilateral	578
6.10.3	Fiscalização da execução do contrato	580
6.10.4	Aplicação de sanções	583
6.10.4.1	Modalidades de sanção previstas nas Leis nº 8.666/93 e nº 13.303/2016	583
6.10.4.2	Modalidades de sanção previstas na Lei nº 12.846/2013 e o acordo de leniência	587
6.10.4.3	Responsabilidade administrativa e responsabilidade civil	589
6.10.5	Outras cláusulas exorbitantes	589
6.10.5.1	Retenção de créditos e exigência de garantias	590
6.10.5.2	Exceção de contrato não cumprido	592
6.10.5.3	Anulação do contrato	593
6.11	Jurisprudência	595
6.11.1	TCU	595
6.11.2	STF	619
6.11.3	STJ	621

CAPÍTULO 7

FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO		627
7.1	Formalização dos contratos no Direito público e no Direito privado	627
7.2	Convocação do adjudicatário para assinar o contrato	628
7.2.1	Regras gerais	628
7.2.2	Recusa do licitante em assinar o contrato	628
7.2.3	Prazo de validade da proposta	629
7.2.4	Prorrogação da validade das propostas	630
7.2.5	Convocação dos demais licitantes	630
7.3	Formalização	632
7.3.1	Forma escrita e instrumento contratual	632

7.3.2	Formalização de contratos relativos a direitos reais sobre bens imóveis.....	635
7.3.3	Contrato verbal - hipóteses admitidas	635
7.3.4	Publicação do extrato do contrato.....	635
7.4	Jurisprudência.....	636
7.4.1	TCU.....	636
7.4.2	STJ.....	646
7.4.3	STJ.....	647

CAPÍTULO 8

CLÁUSULAS CONTRATUAIS OBRIGATÓRIAS.....		649
8.1	Parâmetro a ser seguido para a elaboração do contrato.....	649
8.2	Distinção entre “contrato” e “instrumento do contrato”.....	649
8.3	Cláusulas contratuais obrigatórias	649
8.3.1	Lista da Lei nº 8.666/93	649
8.3.2	Objeto do contrato.....	651
8.3.3	Regime de execução ou forma de fornecimento.....	652
8.4	Preço, condições de pagamento e de reajuste	653
8.4.1	Preço e condições de pagamento	653
8.4.2	Reajuste de preço.....	654
8.5	Prazos contratuais	655
8.5.1	Regra geral – Crédito orçamentário.....	655
8.5.2	Exceções	656
8.5.3	Prorrogação e renovação.....	659
8.6	Garantias contratuais.....	660
8.7	Sanções.....	661
8.8	Causas para a rescisão do contrato.....	662
8.9	Outras cláusulas – não obrigatoriedade.....	663
8.10	Jurisprudência.....	663
8.10.1	TCU.....	663

CAPÍTULO 9

EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E EXTINÇÃO DOS CONTRATOS		683
9.1	Dever de cumprimento do contrato – Responsabilidade do contratado e da Administração Pública.....	683
9.2	Encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do contrato	686
9.2.1	Dever do contratado de responder por todos os encargos decorrentes da execução do contrato	686
9.2.2	Encargos previdenciários e responsabilidade solidária da Administração Pública..	687
9.2.3	Encargos trabalhistas do contratado e responsabilidade subsidiária da Administração Pública	689
9.3	Fiscalização da execução do contrato.....	690
9.3.1	Dever da Administração Pública de fiscalizar seus contratos	690
9.3.2	Designação de representante da Administração para acompanhar a execução do contrato	691
9.3.3	Acompanhamento de contratos de grande vulto ou muito complexos.....	694
9.3.4	Designação de preposto pelo contratado.....	694
9.4	Recebimento do objeto do contrato	695
9.4.1	Regras especiais para o recebimento do objeto dos contratos administrativos	695
9.4.2	Distinção entre o recebimento provisório e o recebimento definitivo do objeto do contrato	696
9.4.3	Prazo dentro do qual a Administração deverá atestar o recebimento definitivo do objeto do contrato.....	697
9.4.4	Recebimento definitivo e responsabilidade do contratado.....	698
9.4.5	Dispensa do recebimento provisório.....	699
9.4.6	Realização de testes para verificar a qualidade da prestação	699
9.5	Extinção do contrato	700
9.5.1	Conclusão do objeto.....	700
9.5.2	Expiração do prazo de vigência	701
9.5.3	Rescisão.....	702
9.5.4	Anulação	704
9.6	Jurisprudência.....	706
9.6.1	TCU.....	706
9.6.2	STF	740
9.6.3	STJ.....	742

CAPÍTULO 10

EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO 751

10.1	Reequilíbrio econômico-financeiro	751
10.2	Teoria da imprevisão.....	751
10.3	Reajuste de preços	757
10.4	Repactuação (ou revisão)	758
10.5	Distinção entre atualização, recomposição e reajuste de preços	761
10.6	Fato do príncipe e fato da administração	762
10.7	Caso fortuito, força maior e teoria da imprevisão	764
10.8	Equilíbrio financeiro e contratos de concessão	764
10.9	Jurisprudência.....	766
10.9.1	TCU.....	766
10.9.2	STJ.....	778

CAPÍTULO 11

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS EM ESPÉCIE (LEI Nº 8.666/93) 783

11.1	Aspectos gerais	783
11.2	Contratos de obra e de serviços.....	786
11.2.1	Principal distinção entre obra e serviço	786
11.2.2	Serviços comuns, artísticos e técnicos	787
11.2.3	Regras comuns aos serviços e obras	788
11.2.3.1	Procedimento para a contratação de obras e serviços.....	788
11.2.3.2	Objetivo do projeto básico e do projeto executivo.....	788
11.2.3.3	Dispensa dos projetos básico e executivo - hipóteses admitidas	790
11.2.3.4	Outras regras comuns às obras e aos serviços	791
11.2.3.5	Necessidade de previsão da execução da obra ou do serviço em sua integralidade	792
11.2.3.6	Impedimentos à participação em obras ou em serviços.....	792
11.2.4	Regimes de execução das obras e serviços	793
11.2.4.1	Distinção entre execução direta e indireta de obra ou serviço	793
11.2.4.2	Empreitada e tarefa	793
11.2.4.3	Característica da tarefa como regime de execução de contrato.....	793
11.2.4.4	Modalidades de empreitada admitidas	794
11.3	Contrato de compra	796
11.3.1	Compra e fornecimento.....	796
11.3.2	Distinções entre as compras do direito privado e as celebradas pela Administração.....	796
11.3.3	Categorias de compras	797
11.3.4	Regimes de execução para os contratos de compra	797
11.3.5	Distinção entre compra (ou fornecimento) contínua e serviço de natureza contínua.....	797
11.3.6	Regras específicas para as compras celebradas pela Administração.....	798
11.3.6.1	Compra de bens de natureza divisível - cotação de quantidades inferiores às demandas pela Administração.....	800
11.3.7	Publicidade e compras.....	801
11.3.8	Aquisição de bens e serviços de informática.....	801
11.4	Publicidade.....	803
11.5	Contrato de alienação	807
11.5.1	Conceito legal de alienação	807
11.5.2	Alienação de móveis e de imóveis	808
11.5.2.1	Doação em pagamento.....	808
11.5.2.2	Distinção entre doação de bens móveis ou imóveis.....	809
11.5.2.3	Investidura.....	810
11.5.2.4	Permissões e concessões de uso.....	810
11.5.2.5	Locações	811
11.5.3	Modalidade de licitação para as alienações.....	811
11.6	Regime Diferenciado de Contratações Públicas	811
11.7	Compras, contratações e desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa.....	817
11.8	Jurisprudência.....	819
11.8.1	STF	819
11.8.2	TCU.....	819
11.8.3	STJ.....	926

REFERÊNCIAS.....	931
------------------	-----